



DIREITO ADMINISTRATIVO

 **Estratégia**
OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO ADMINISTRATIVO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

O prefeito do Município Marte, com a finalidade de contratar empresa especializada para fornecimento de transporte público, lançou edital de licitação para seleção de concessionárias aptas a prestar o serviço.

Todos os requisitos da nova lei de licitações foram respeitados ficando como vencedora a empresa Transporte Solar, que de forma imediata passou a assumir a concessão do serviço.

Passados cinco meses do início da concessão, o Município passou a receber vários protocolos de reclamações referentes a prestação do serviço da concessionária, que incluíam um aumento significativo na passagem, e várias interrupções no transporte sem o prévio aviso e alguns ônibus em estado precário, sem janelas e com os pneus gastos.

Após fiscalizar a prestação do serviço, realmente foram confirmadas as reclamações sendo a empresa notificada a regularizar o serviço ofertado dentro do prazo de 30 dias.

Passado o prazo, nenhuma providência foi tomada pela concessionária e a prestação do serviço continuava precária e de alto custo, gerando inclusive desuso das pessoas cujo orçamento mensal não era suficiente para adquirir as passagens em razão do aumento cobrado, pois necessitavam diariamente do transporte para ir e voltar no trabalho.

A fim de garantir a continuidade da prestação do serviço público que fosse acessível a população/consumidores, e o cumprimento das obrigações da concessionária, a Associação de Moradores do Município Marte, constituída em 23/10/2017, com sede no próprio Município, decidiu impetrar Ação Civil Pública, com intuito de cobrar a melhora da prestação do serviço.

A ação proposta junto a Vara da Fazenda Pública da Comarca do Município Marte, teve sentença proferida julgando improcedentes os pedidos pleiteados sob fundamento que o juiz era incompetente para julgar ação proposta e que o judiciário não poderia intervir em situações que envolvessem concessão de serviço público sendo que a concessionária poderia cobrar o valor que lhe fosse conveniente.

Inconformada com a decisão, 5 dias após receber a intimação da sentença, a Associação procura você para interpor o recurso pertinente ao caso. Considerando essas informações, redija a peça cabível para a defesa dos interesses dos usuários do referido serviço público. (Valor: 5,00)

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Flávio, diretor de uma escola privada de ensino não gratuito no interior do Rio Grande do Sul, com o intuito de qualificar sua escola como uma Organização de Sociedade Civil de Interesse Público sem fins lucrativos, organizou os papéis necessários para requerimento junto ao Ministério da Justiça.

Após a análise do processo, o Ministro da justiça julgou procedente o pedido de Flávio, chamando-o para instituir o Termo de Parceria.

Muito feliz com a conquista, Flávio que recentemente se candidatou a Prefeito da cidade onde a escola se encontra, passou a utilizar o espaço da escola, ora entidade, para campanha política, utilizando a OSCIP como um exemplo de melhorias que estaria disposto a fazer pela cidade.

Diante da situação narrada, responda:

A) A qualificação da escola privada como Organização de Sociedade Civil de Interesse Público foi correta? (0,60)

B) Flávio pode utilizar a entidade qualificada como Organização de Sociedade Civil de Interesse Público, para campanha política? (0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

A empresa JS Pneus, fornecia sem notas pneus para caminhões e maquinários ao Município X. Após uma vasta investigação, foi descoberto que Marcos, diretor da empresa era cunhado do secretário de obras do município, responsável pela compra dos pneus.

Ficou comprovado que com esse fornecimento conseguiam desviar mais de R\$ 2.000.000,00 de reais por ano de verbas públicas.

A fim de responsabilizar a empresa e honrar a prática anticorrupção do Município, com a abertura do processo administrativo, o prefeito oportunizou a Empresa JS Pneus, a oportunidade de fazer um acordo de leniência, pois havia indícios de envolvimento de outras empresas nos recorrentes desvios.

Com base no fato, responda:

A)O acordo de leniência exime a empresa de reparar o dano causado ao Município X? (0,65)

B)Sendo a Empresa JS Pneus responsabilizada, pode Marcos ser responsabilizado individualmente pelo ato ilícito de corrupção? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Uma microempresa especializada na produção de papéis recicláveis, com sede na capital do Estado X, buscou participar de um edital de licitação para aquisição de folhas A4 no Município de Sertãozinho, no Estado Y.

Após a abertura das propostas e preços, a proposta da microempresa ficou empatada com a Empresa Papeis e CIA.

Como critério de desempate, o prefeito de Sertãozinho, declarou vencedora a Empresa Papeis e CIA, por esta estar sediada no Município e pelo fato de que a microempresa não apresentou a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, necessária para todos os trâmites do processo licitatório, não apenas para a assinatura do contrato.

Diante disso, a empresa inconformada procura você, questionando:

A) Deve a Microempresa ser desclassificada se não apresentar de imediato a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista? (0,60)

B) Em caso de empate, a microempresa tem alguma preferência de contratação? (0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Emanuele é interessada em um processo administrativo de interesse público que está em andamento no Município Alfa.

Após avançado período de investigação e diante da morosidade do processo mesmo após sua instrução, resolveu desistir totalmente do pedido formulado, manifestando sua vontade de forma escrita.

Com base no caso narrado, responda:

A) É possível a administração dar prosseguimento ao processo mesmo com a desistência de Emanuele? (0,60)

B) Após a instrução de processos administrativos, existe prazo para a administração preferir decisão? (0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

